

GINÁSIOS PELOTENSE E GONZAGA: APONTAMENTOS SOBRE O ENSINO SECUNDÁRIO LAICO E CATÓLICO NO RIO GRANDE DO SUL, NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Giana Lange do Amaral-FAE/UFPEL.Eixo

temático5. Historiografia da educação brasileira e história comparada

O presente estudo, buscando contribuir para reflexões sobre o ensino secundário laico e católico no sul do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, analisa aspectos que sustentaram as diferenças ideológico-educacionais existentes em duas das mais importantes instituições escolares de ensino secundário que funcionaram na cidade de Pelotas ao longo do século XX: o Colégio Gonzaga, de ensino católico, criado em 1894 e o Colégio Pelotense, de ensino laico, criado em 1902 pela Maçonaria e entregue ao poder público municipal em 1916. Isso tendo como pano de fundo a disputa político-ideológica da Maçonaria e da Igreja Católica, a política educacional gaúcha e as reformas nacionais do ensino secundário e superior na primeira república

O Colégio Pelotense, onde meninos e meninas estudavam juntos, e o Gonzaga, colégio católico masculino, defendiam diferenciadas posturas ideológicas às quais estavam atrelados desde a sua criação. Essas escolas, buscando constantemente atender às exigências do mecanismo de equiparação ao Pedro II, foram uma referência de educação formal na cidade e no estado, formando a elite intelectual e econômica da região. Tiveram sua história intimamente ligada ao desenvolvimento do ensino superior público e privado em Pelotas, pois a partir desses colégios foram criadas faculdades que, juntamente com outros cursos, deram origem à Universidade Católica de Pelotas, fundada em 1960 e à Universidade Federal de Pelotas, fundada em 1969.¹

¹ As diretrizes gerais que orientaram o desenvolvimento deste trabalho são metodologias que ampliam a perspectiva do uso de fontes e que permitem a análise da instituição e da cultura escolar, tendo por base leituras de Roger Chartier, Michel de Certeau, Pierre Bourdieu, Antônio V. Frago, Jacques Le Goff. Sobre educação no contexto brasileiro e regional Jorge Nagle, Elomar Tambara, Berenice Corsetti, entre outros Os jornais, periódicos, boletins informativos, almanaques e revistas se constituíram em uma fonte fundamental na coleta de dados, pois possibilitaram uma leitura das manifestações contemporâneas aos acontecimentos, e uma real aproximação dos discursos emitidos na época em relação ao projeto de sociedade, bem como às instituições sociais, e dentre elas, à escola. Tais fontes, que se caracterizam pelo seu caráter polêmico e por vezes passageiro, representam um produto cultural de sujeitos específicos em um determinado contexto histórico.

Sendo assim, com este estudo busca-se a compreensão não só de aspectos históricos das duas instituições de ensino mas também, das relações de poder que se estabeleciam em âmbito regional e que, logicamente, estavam relacionadas ao contexto político, econômico, social e cultural rio-grandense e brasileiro.

1 Os ginásios Gonzaga e Pelotense

No Rio Grande do Sul, são criados, a partir da década de 1890, vários estabelecimentos de ensino católicos, dentre os quais, em 1894, a então Escola São Luiz Gonzaga, que foi a primeira instituição católica de ensino primário e secundário da cidade de Pelotas, obra do pioneirismo dos padres jesuítas Anselmo de Souza e Gustavo Locher². Os jesuítas chegaram à cidade em 1888. Nos primeiros anos, desenvolveram intensa atividade pastoral não só em Pelotas, mas, também, nos municípios vizinhos, encontrando condições adversas e pouca receptividade. Foi difícil a aceitação da atuação da Companhia de Jesus, não só nessa cidade, mas em toda zona da campanha gaúcha, devido à forte presença da Maçonaria e ao espírito anti-clerical reinante. Situação bem diferente da encontrada nas regiões de colonização alemã e italiana do estado, onde havia uma maior predisposição à aceitação das concepções *ultramontanas*.

Sendo assim, após alguns anos de árduas atividades, os jesuítas passaram a utilizar-se de um meio bastante eficaz na complementação de sua ação pastoral: a educação escolar. Como pode ser observado a seguir, nas primeiras décadas, de acordo com os relatórios anuais, o número de alunos que acorreram para o Gonzaga aumentou bastante: 1895, 62 alunos; 1900, 296 alunos; 1910, 349 alunos; 1920, 395 alunos; 1925, 508 alunos; 1940, 1228 alunos. O corpo docente que inicialmente era composto por três padres, foi sendo acrescentado a cada ano que passava por outros professores, todos religiosos. Somente a partir dos anos de 1920 é que se constata a presença de professores leigos.³

O método educacional dos jesuítas, que uniformizava a pedagogia por eles aplicada em toda a sua extensa rede de colégios, se fundamentava na “Ratio Studiorum”, que definia critérios e organizava o conhecimento escolar. O sistema de ensino pautado pelos princípios da

² O padre Locher, em sua passagem pela cidade, escreveu o livro **Vade Mecum Philosophico**, em 1898, abordando aspectos da concepção ideológica hegemônica no sistema educacional católico rio-grandense de então. Tal obra é um importante subsídio para o esclarecimento de questões que se referem às posturas dos jesuítas no campo educacional.

³ Em 1922 o Gonzaga possuía um curso de principiantes, que aceitava crianças a partir dos 7 anos, três cursos de ensino primário, cinco anos de ensino secundário ginasial e dois de ensino comercial (correspondentes ao 2º e 3º anos do ginasial). O corpo docente era composto de 13 lentes (Padres da Companhia de Jesus), 5 professores (Irmãos Maristas) e 4 professores leigos (LEMBRANÇA DO GYMNASIO GONZAGA, 1922).

disciplina, da obediência, do respeito e dos bons exemplos, tendo por base a inculcação moral e religiosa, visava a formação de alunos dóceis, obedientes mas ao mesmo tempo preparados para ocuparem futuramente posições e responsabilidades de mando. As permanentes atividades propostas aos alunos, o controle do espaço e do tempo, a emulação e a premiação aos melhores alunos eram importantes dispositivos utilizados pelos jesuítas para atingirem os seus objetivos educacionais.

Os padres jesuítas do Gonzaga, desde 1910, passaram a ser auxiliados pelos irmãos maristas, os quais se responsabilizaram pelo curso primário da escola, até 1926. Nesse período, lecionaram naquela escola 15 irmãos maristas de origem francesa e alemã. A Companhia de Jesus dirigiu o Gonzaga até o ano de 1926, quando os Irmãos Lassalistas assumiram a sua direção, tarefa à qual se dedicam até o ano de 2003.

Em 1924, por decisão dos superiores da Congregação Jesuítica na Alemanha para que a Ordem priorizasse sua atuação junto à formação eclesiástica, o Gonzaga esteve na iminência de fechar. Isso muito em função da eclosão da Primeira Guerra Mundial, que impediu a vinda de elementos de várias congregações para o nosso país, e fez surgir centros de formação de novos quadros que passaram a preparar as vocações religiosas de brasileiros.

O reitor do Gonzaga, demonstrando empenho pelo seu não fechamento, através de correspondência datada de 26.07.1925, tenta justificar ao provincial da Alemanha a importância estratégica de se manter um colégio destinado à formação da elite rio-grandense numa região onde predominava o latifúndio, de onde mais saíam quadros de influência na vida pública :

“O Rio Grande do sul é o 3º ou o 4º em influência entre os estados do Brasil, muito revolucionário. O sul fornece muitos ministros, generais, etc., e para o Rio Grande do Sul, funcionários públicos graduados, médicos, advogados, engenheiros. Há muitos latifundiários. Nas colônias alemãs é tudo minifúndio e de lá não surgem pessoas de influência na vida pública. Mas, das 15 casas dos jesuítas, no Rio Grande do Sul, 13 estão nas colônias, 1 em Porto Alegre e 1 em Pelotas. Nas colônias há muitos outros religiosos e bom clero diocesano. No sul, em Pelotas, estamos nós, o bispo, seu secretário e mais 3 padres. Na campanha, 11 padres idosos, distantes entre si 10 a 20 horas a cavalo. E só os padres das colônias fizeram bom trabalho, salvando a fé desse povo. [...] Nossos internos têm tanta importância, provindo da campanha, como os 400 externos da cidade de Pelotas” (PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p. 61)

Ficou então decidido que os Jesuítas, que se retiraram para Santa Maria, onde foram dirigir o Seminário Diocesano daquele Bispado, entregariam o Gonzaga para uma outra congregação religiosa masculina. Como aos maristas faltava pessoal para substituir com igual competência aos jesuítas, a administração dessa escola passou para os lassalistas, que inicialmente o alugaram e, em 1934, acabaram por comprá-lo dos jesuítas.

Os Irmãos lassalistas, que estavam no Rio Grande do Sul há 19 anos, ao virem para Pelotas, fecharam o internato de São José de Canoas, que se tornou uma casa de formação eclesiástica. Quando a direção do Gonzaga passou para os lassalistas, o Curso Primário continuou a existir, mas o Ginásial foi suprimido, sendo adotado em seu lugar o Curso Comercial, a “Escola Superior de Comércio anexa ao Ginásio Gonzaga”. Isso em função de que já mantinham um Curso Comercial teórico e prático no Instituto São José de Canoas, tendo, portanto, um corpo docente bastante habilitado. E, também, devido, como será visto a seguir, à legislação da época que concedia a equiparação ao Ginásio Pedro II somente a estabelecimentos públicos de ensino, o que desoficializava os cursos preparatórios para ingresso no ensino superior existentes nos estabelecimentos educacionais particulares.⁴ Com essa mudança, aos alunos internos do Gonzaga, em sua maioria filhos de famílias de fazendeiros da região sul, restou habilitarem-se como “Peritos Contadores”, que correspondia ao segundo ciclo do secundário.

Dessa forma, o Gonzaga passou a oferecer um curso secundário que, embora não atendesse às expectativas das elites - sua principal clientela até então - estava voltado para as necessidades prementes de mercado de trabalho ligado às atividades que mais cresciam na cidade, ou seja, as atividades comerciais, bancárias e de administração pública. O Curso Comercial do Gonzaga, diferentemente do ensino clássico propedêutico - que servia aos interesses dos que objetivavam o ensino superior - era mais prático, com conteúdos programáticos voltados para o desempenho de atividades comerciais, bancárias e da administração pública, preparando jovens para ingressarem de imediato no mercado de trabalho.

Da mesma forma que o Colégio Pelotense, como será visto posteriormente, o Colégio Gonzaga tem importante papel na criação de cursos superiores que, anos mais tarde, deram origem às universidades da cidade de Pelotas. Em 1937 foi fundada, junto ao Gonzaga, a Faculdade de Ciências Econômicas, ministrando Cursos de Comércio de ensino superior. Esta Faculdade foi desvinculada do Gonzaga em 1955 e incorporada à Mitra Diocesana. Juntamente com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e outros Cursos criados pelo bispo D. Antônio Záttera, deram origem à Universidade Católica de Pelotas, fundada em 1960.⁵

⁴ Sobre o assunto ver NAGLE (1974).

⁵ A Universidade Católica de Pelotas (UCPel) foi a primeira Universidade do interior do Rio Grande do Sul e a terceira a ser criada nesse estado. Na década de 1950, D. Antônio Záttera, demonstrando notável espírito empreendedor, criou os seguintes Cursos e Faculdades que deram origem à Universidade Católica de Pelotas (UCPel): Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1953); Faculdade de Ciências Econômicas de Bagé

Como se sabe, o final do século XIX e primeiras décadas do século XX foi uma época em que havia um acirrado conflito político-ideológico entre a Maçonaria e a Igreja Católica, sendo que essas duas instituições buscavam preservar e ampliar sua área de influência na sociedade e a educação constituía-se em um locus privilegiado para tal. Nesse contexto, o Ginásio Pelotense representou a concretização, no campo educacional, dessa disputa político-ideológica, servindo ao projeto contra-hegemônico maçom em relação à Igreja. O Pelotense constituiu-se em uma alternativa de ensino laico de qualidade que se contrapusesse ao ensino católico ministrado no Gonzaga, a mais renomada instituição de ensino de Pelotas.

O Ginásio Pelotense propunha-se a ministrar o *ensino laico*, baseado no cientificismo e racionalismo, onde era pretendido o ensino experimental voltado para a vida prática do aluno, seguindo os mais “avançados métodos da pedagogia moderna”⁶ - contrários à “pedagogia católica” - onde eram partilhados valores que tinham por base o desenvolvimento da moral, do civismo e do patriotismo.

Para esse estabelecimento educacional acorreram estudantes oriundos de diversas cidades gaúchas. Os alunos do Pelotense, em sua maioria oriundos de famílias de maçons, pertenciam a uma classe média emergente, ou seja, profissionais liberais, comerciantes, industriais e intelectuais. Como a escola se propunha a ministrar um ensino diferenciado, desvinculado das “peias do tortuoso dogmatismo” religioso, os alunos que a ela acorriam, geralmente, não eram católicos. Muitos pertenciam a famílias de maçons ligadas ao Espiritismo Kardecista⁷ que estava, nos primeiros anos do século XX, em franca ascensão na cidade. Em Pelotas, eram fortes as ligações entre a Maçonaria, o Espiritismo e as camadas sociais mais intelectualizadas.⁸

(1954); Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas (incorporada pela Mitra diocesana em 1955); Colégio Comercial Universitário (1955); Cursos de Pedagogia e Didática (1956); Colégio de Aplicação de Pelotas (1957); Curso de Jornalismo (1958); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bagé (1958); Cursos de Filosofia e Pedagogia de Bagé (1959); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Grande (1960); Faculdade de Direito e Curso de Ciências Jurídicas e Sociais de Rio Grande (1960). Com o tempo os cursos e faculdades de Bagé foram incorporados pela FUNBA (Fundação Universidade de Bagé, hoje URCAMP) e os de Rio Grande pela FURG (Fundação Universidade de Rio Grande). (ZANOTELLI, 2000)

⁶ Sobre a “Pedagogia Moderna”, ver HILSDORF (1998).

⁷ Esta afirmativa tem por base relatos de descendentes de alunos deste período. E, também, o fato de que, nos primeiros anos deste século, já havia grupos que se reuniam para estudar a Doutrina Espírita, e os nomes dos participantes era divulgado pelos jornais.

⁸ Esse assunto é mais detalhado em AMARAL (1999).

Em 1915, o Ginásio Pelotense passou a constituir, oficialmente, turmas mistas nos cursos primário e secundário, o que sem dúvidas correspondia aos interesses maçônicos de se contrapor à concepção católica de ensino diferenciado para meninos e meninas.⁹

Desde os primeiros anos, a qualidade do ensino do Pelotense passou a ser garantida pelos professores, escolhidos entre a elite intelectual da cidade e que em sua maioria tinham diploma de curso superior (médicos, dentistas, advogados e engenheiros). Os primeiros docentes do Pelotense eram membros da Maçonaria. Com o tempo foram também convidados alguns professores que se “tornaram” maçons, provavelmente para que fossem melhor aceitos dentro do grupo. Não raros eram os que, devido à sua destacada posição política e profissional, viam-se obrigados a se ausentarem temporária ou definitivamente de suas atividades no Ginásio para assumir compromissos na capital federal e na capital do estado. Alguns membros do corpo docente do Ginásio foram, inclusive, prefeitos da cidade.

Muitos professores deste estabelecimento de ensino tinham estreitas ligações com a imprensa local. A imprensa, considerada a “pedra de toque” da intelectualidade pelotense, em 1919, tinha como diretores de três dos quatro jornais que circulavam na cidade - Diário Popular, Opinião Pública, e O Rebate - professores ligados ao Ginásio Pelotense. Alguns docentes foram, também, expoentes da literatura regional e nacional.¹⁰

No Ginásio Pelotense, bem como em outras instituições de ensino secundário de Pelotas, era comum que um mesmo professor ministrasse diferentes disciplinas. Dos professores que trabalhavam no Ginásio, os que possuíam suas rendas oriundas exclusivamente do magistério, devido à baixa remuneração, trabalhavam em outros estabelecimentos de ensino da cidade, davam aulas particulares e ministravam cursos. Embora fosse próprio da época atribuir prestígio, distinção e respeito a todos aqueles que se dedicavam ao ensino, isto não significava uma justa retribuição pecuniária aos professores. Não só os professores de estabelecimentos mantidos pela iniciativa privada por vezes passavam por dificuldades financeiras mas, principalmente, os professores de escolas públicas, cujos salários além de serem baixos, chegavam a atrasar por vários meses.

O Pelotense embora não adotasse o sistema de publicação de um relatório específico de suas atividades desenvolvidas no ano letivo, como era o caso do Gonzaga com

⁹ Segundo o relatório apresentado em 20.09.1914 ao Conselho Municipal pelo intendente Eng. Cypriano Corrêa Barcellos, neste ano, o Ginásio Pelotense apresentava um total de 198 alunos matriculados e destes, 16 eram meninas.

¹⁰ Dentre eles pode-se citar João Simões Lopes Neto, Vitor Russomano, Fernando Luís Osório e Jorge Sallis Goulart.

suas “Lembranças”, até os anos de 1930 é possível ler nos jornais locais as notas dos alunos e as referências elogiosas àqueles que se destacaram.

Se o Gonzaga utilizava-se das suas “Lembranças” para tornar pública a avaliação de sua vida escolar, o Pelotense tinha, principalmente no Diário Popular, o veículo de informação do andamento de suas atividades docentes e discentes. Mas, ao que tudo indica, se comparado ao Pelotense, o Gonzaga desempenhava de forma muito mais organizada e metódica o sistema de vigilância, disciplina e emulação, aspectos fundamentais de sua engrenagem escolar.

2. As reformas do ensino secundário e superior na Primeira República e seus reflexos na estrutura organizacional do Pelotense e do Gonzaga

A reorganização das escolas católicas no Brasil foi uma importante arma no processo de reestruturação do catolicismo nos anos posteriores à implantação da República. E no Rio Grande do Sul este processo desenvolveu-se de forma singular e muito significativa, graças à ideologia do governo castilhista, que estimulava a iniciativa particular na área educacional, especialmente no que se refere ao ensino secundário e superior.

Em nosso país o Positivismo inspirou e influenciou a vida intelectual e política durante o século XIX e início do século XX. Mas foi no Rio Grande do Sul, com a ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que a ideologia positivista obteve maior penetração, apresentando características bastante peculiares. As idéias comtianas, adaptadas à estrutura político-administrativa gaúcha e à figura do líder Júlio de Castilhos, originaram o “Castilhismo”, que dominou o cenário político deste estado durante a Primeira República. É importante salientar que o programa do PRR no campo educacional previa a liberdade de ensino pela supressão do ensino superior e secundário; a liberdade de profissões, pelo não reconhecimento dos privilégios escolásticos ou acadêmicos; a liberdade, laicidade e gratuidade do ensino primário.

Portanto, no Rio Grande do Sul essa “liberdade de ensino” refletiu-se no desinteresse do Estado em atuar junto ao ensino secundário e superior, garantindo espaço para a iniciativa privada, dentre elas a Igreja e a Maçonaria. No entanto no que se refere ao ensino primário CORSETTI (1998, p. 60) lembra que,

“especialmente nas regiões coloniais, o Estado estabeleceu um processo de disputa com a Igreja Católica, no que concerne ao ensino primário. Essas regiões eram fundamentais para o projeto de desenvolvimento dos dirigentes republicanos, que

não hesitaram em avançar num terreno em que a Igreja considerava sua absoluta prerrogativa. As desavenças tornaram-se mais acirradas quanto mais se expandia o ensino público. A disputa com a Igreja, no campo do ensino primário sinalizou que o Estado não abria mão de ser o educador por excelência do trabalhador que o capitalismo necessitava para sua consolidação e pleno desenvolvimento. Não foi por outra razão que o Estado investiu de forma expressiva no ensino primário e foi nesse nível que [...] se concretizou sua preponderância no setor. A Igreja, por seu lado, teve presença predominante no ensino secundário”

Para que se conheça e compreenda aspectos do ensino secundário gaúcho tornam-se necessárias algumas informações sobre o quadro geral do ensino secundário brasileiro na época. Nas primeiras décadas do período republicano, o funcionamento e a organização estrutural dos estabelecimentos de ensino secundário e superior estava atrelado a uma legislação federal que impunha um modelo a ser seguido, através do sistema de “equiparação”. As escolas públicas e particulares de nível secundário deveriam ter sua estrutura organizacional equiparada a uma instituição modelar - o Ginásio Pedro II, da cidade do Rio de Janeiro. Os alunos oriundos dos estabelecimentos equiparados tinham direito de ingressar no curso superior sem prestar exames. Portanto a equiparação era um indicador da “qualidade” do ensino ministrado na instituição escolar. A questão das equiparações, por representar um mecanismo de controle do governo sobre o ensino secundário, esteve presente em todas as tentativas de reorganização educacional que ocorreram nas primeiras décadas da República. Dependendo do decreto de reforma do ensino que estivesse em vigor, as equiparações eram facilmente conseguidas pelos estabelecimentos de ensino ou, em alguns períodos, era necessário atender a todo um conjunto de exigências para serem concedidas as “regalias” da equiparação.

Uma grande modificação na estrutura do Pelotense e do Gonzaga ocorreu em função da implantação da Lei Orgânica de 1911, proposta pelo ministro Rivadávia Correa, que era ligado ao Partido Republicano Rio-Grandense. É importante ressaltar que nesta reformulação há forte influência do ideal positivista de liberdade e de desoficialização do ensino. Propondo um regime que concedia ampla autonomia aos estabelecimentos escolares, onde o ensino passava a ser livre, diversificado e flexível, a nova reformulação do ensino se impôs desestruturando ainda mais a escola brasileira. Esta Lei permitia, inclusive, que os estabelecimentos de ensino criassem cursos de ensino superior, deixando de existir o sistema de equiparação.

A autonomia prevista por esta lei serviu para que no Ginásio Pelotense fossem criados três cursos de ensino superior: a Faculdade de Farmácia e Odontologia já no primeiro ano da vigência dessa lei e, no ano posterior, a Escola de Agrimensura e a

Faculdade de Direito.¹¹ A Maçonaria pelotense chegou a cogitar a fundação de uma Faculdade de Medicina, que com os demais cursos superiores viesse a constituir uma universidade. Já o Ginásio Gonzaga, em função da autonomia prevista pela “Rivadavia Correa”, aumentou a oferta de cursos primários e secundários e adotou um novo programa escolar.

A situação do ensino secundário brasileiro voltou a se “normalizar” com a implantação da reforma Carlos Maximiliano, em 1915. Esta lei restabeleceu a influência do governo federal sobre o ensino secundário e superior através da re-oficialização do ensino. Houve reintegração do Ginásio Pedro II à sua função de estabelecimento modelo. Mas esta legislação restringiu as equiparações somente a estabelecimentos estaduais de ensino, o que gerou um grave impasse no estado do Rio Grande do Sul, pois sua Constituição vetava a existência de estabelecimentos de ensino secundário estaduais, devendo eles ficar a cargo da iniciativa privada ou dos municípios. Alguns ginásios acabaram se municipalizando para reivindicarem sua equiparação ao Pedro II. Isto pôde ser verificado em alguns municípios como Pelotas, Rio Grande e Bagé que tinham o interesse de ostentar a honra de ter o “seu” ginásio equiparado, e entraram, dessa forma, numa verdadeira corrida pela equiparação.¹²

O processo de equiparação, nesse período, envolvia uma intensa burocracia. O passo inicial era conseguir junto ao Conselho Superior de Ensino¹³, bancas oficiais de exames e, posteriormente, a “inspeção preliminar”, onde eram designados pelo Conselho, inspetores que analisariam cuidadosamente todo o trabalho desenvolvido pela instituição de ensino. Os inspetores realizavam relatórios que eram enviados ao Conselho e este decidia pela equiparação ou não do Ginásio. Mas mesmo com o parecer favorável desta Comissão, o Conselho Superior de Ensino somente concedeu a equiparação ao Gymnasio Pelotense muitos anos depois. Como no Rio Grande do Sul não havia ginásios estaduais, o Conselho sob a alegação de ser esta uma “questão de equidade” decidiu conceder a equiparação ao “Lemos Júnior”, de Rio Grande, e a mais nenhum outro estabelecimento de ensino secundário gaúcho.¹⁴ Inicia-se, então, uma grande campanha política para a equiparação do Pelotense, que alegava apresentar as mesmas condições do estabelecimento

¹¹ As faculdade de Odontologia e de Direito, juntamente com outros cursos constituirão a Universidade Federal de Pelotas

¹² Foi o caso dos Ginásios Lemos Júnior (Rio Grande), Auxiliadora (Bagé) e do Pelotense.

¹³ Órgão que, sob jurisdição do Ministério da Justiça, tratava da administração escolar. Foi instituído com a Reforma Rivadávia, em 1911, e mantido na Reforma Maximiliano, até 1925. (Nagle, 1974, p. 161 e 162)

¹⁴ O Ginásio Anchieta de Porto Alegre, importante estabelecimento de ensino secundário da capital gaúcha, somente conseguiu bancas examinadora em 1924. (Diário Oficial, agosto de 1924)

rio-grandino, e, também, ter entrado no processo reivindicatório da equiparação no mesmo período. Tal fato, após uma intensa mobilização política - que envolveu, inclusive, sua municipalização, em 1916 - ocorre definitivamente somente em 1928, quando já estava em vigor a Lei João Luís Alves, de 1925. Esta Lei, tendo em vista a redefinição da finalidade da escola secundária, alargou as funções normativas e fiscalizadoras da União, implantando de forma generalizada um ensino ginásial seriado e com frequência obrigatória (Nagle, 1974, p. 149).

Considerações finais

Este estudo nos leva a concluir que, nas primeiras décadas do século XX, as características identitárias das instituições de ensino secundário no Brasil, e de forma mais específica no Rio Grande do Sul, embora tivessem forte determinação de seus propósitos de ensino confessional ou laico, tinham na imposição do mecanismo de equiparação uma grande influência sobre sua prática. Isso justifica o fato de, em certos momentos, como ocorreu na vigência da Lei Maximiliano, algumas escolas particulares suprimirem o ensino secundário. Esse foi um período em que as elites acorreram às escolas públicas uma vez que essas, através do sistema de equiparação, representavam o caminho mais rápido e seguro para ingressarem no ensino superior.

Referências bibliográficas

- AMARAL, Giana Lange do. *O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas*. Pelotas: Seiva Publicações, 1999. (Série História da Educação em Pelotas, nº 1).
- CORSETTI, Berenice. Controle e ufanismo – A escola pública no Rio Grande do Sul (1889/1930). In: *História da Educação/ASPHE*. FaE/UFPel. Nº 4, set.1998. Pelotas. Ed. da UFPel.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo, EPU. Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.
- PARMAGNANI, Irm. Jacob José, RUEDELL, Otto. *Memorial do Colégio Gonzaga - Cem anos de Educação*. Porto Alegre: Gráfica Editora Pallotti, 1995.
- HILSDORF, Maria Lúcia. *Pensando a educação em tempos modernos*. São Paulo:USP, 1998.